
Uma reforma urgente

Tarso Genro

Artigo publicado no jornal O Globo em 21/12/2004

O governo federal vem, desde o começo do ano, promovendo debates com o objetivo de definir diretrizes e estabelecer normas para compor a reforma da educação superior. As comunidades acadêmicas e científicas se fizeram presentes em conferências, debates, oitivas e seminários que não se restringiram à *universidade*, mas estenderam-se às instituições empresariais, de trabalhadores e aos movimentos do campo. Ao todo, mais de 240 entidades foram ouvidas e outras mais ainda serão integradas às discussões.

Tanto empenho do governo e interesse da sociedade, partem de uma premissa da qual todos comungam: a *educação* é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso país e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária.

Ao optar pela valorização da universidade pública e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros, o governo Lula sinalizou que a universidade tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento, que compatibilize crescimento sustentável com justiça social.

O processo de formação da Nação brasileira teve sucessivas interrupções, portanto, um projeto de recuperação e de melhora substancial do ensino superior tem que levar em consideração esta questão, bem como a necessidade imperiosa do desenvolvimento regional e a importância de gerarmos conhecimento para reposicionarmos nossa base industrial, agregando valor a nossa produção e alavancando, do ponto de vista econômico e social, este projeto nacional.

A reforma da educação superior é um processo urgente e dinâmico que começa a produzir resultados. No final de outubro, o presidente Lula deu um importante passo neste sentido, ao reunir mais de 50 reitores de instituições federais de ensino superior e determinar que sejam criados, dentro do governo, instrumentos legais para remover os obstáculos que impedem a plena autonomia das universidades federais. Será, então, extinta esta verdadeira atadura normativa que existe em torno das universidades e lhes tira a maleabilidade para gerir os seus recursos e para se articular com a sociedade civil, com a empresa e com o mundo do trabalho de maneira ágil e rápida.

Reformar a universidade brasileira, portanto, também passa pela ampliação da participação do setor público na educação superior. O objetivo é criar novas instituições federais de ensino superior e novos pólos e abrir 400 mil novas matrículas em quatro anos nas universidades federais. Com este reforço, estaremos, ainda, aumentando os recursos e investimentos em pesquisa e extensão, no rumo de uma educação de mais qualidade.

O quadro que se apresenta é inadmissível: apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, e do Canadá, com 62%. Com o objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, a partir de 2005, o ProUni - Universidade para Todos -- vai oferecer bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e professores sem diploma oriundos da escola pública. Negros e indígenas, de acordo com a população de cada estado, também serão incluídos. A meta, em 4 anos, é gerar mais de 300 mil vagas.

O debate sobre a reforma do ensino superior vai continuar e é fundamental que ele mobilize a sociedade brasileira e a comunidade acadêmica. Estamos diante de uma oportunidade ímpar de colocar a universidade no centro da construção do projeto de nação, uma aspiração de todos que lutam para construir um país economicamente forte e socialmente justo.

Tarso Genro é advogado, ministro da Educação e foi ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003)